



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PLACAS
CNPJ. 01.612.652/0001-40

CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 – CMP

O Processo em análise por esse controle trata-se de procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial n. 006/2017 – CMP, com vistas à contratação de empresa para fornecimento de peças automotivas e pneus destinados a manutenção dos veículos da Câmara Municipal de Placas, no ano de 2017. O Procedimento ocorreu dentro das formalidades legais conforme detalhado no processo, de acordo com os ditames da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

DO CONTROLE INTERNO

Cabe-nos colacionar aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim dentre outros o artigo 37, XXI da Constituição Federal. Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público. Visa o presente dar cumprimento às atribuições estabelecidas nos Arts. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei nº 4.242/01, Resolução Municipal n. 001/2005 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

O Controle Interno surgiu da necessidade de assegurar aos gestores o cumprimento das leis, normas e políticas vigentes, através do estabelecimento de mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade, impedindo a ocorrência de fraudes e desperdícios, servindo de instrumento que visa garantir a



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PLACAS
CNPJ. 01.612.652/0001-40

efetividade, a produtividade, a economicidade e a rapidez na prestação do serviço público.

O Controle Interno é fundamental para se atingir resultados favoráveis em qualquer organização. Na gestão pública os mecanismos de controle existentes previnem o erro, a fraude e o desperdício, trazendo benefícios aos cidadãos.

Tendo em vista que a contratação *sub examine* implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

DO PREGÃO PRESENCIAL n. 006/2017

Esta modalidade de licitação, Pregão Presencial, presta-se à contratação de empresa para fornecimento de peças automotivas e pneus destinados a manutenção dos veículos da Câmara Municipal de Placas no ano de 2017. Verificamos que o procedimento está de acordo com o previsto na Lei 10.520/02 que trata do pregão presencial assim como a disciplina legal das modalidades licitatórias dispostas na Lei 8.666/93, que trata dos princípios legais devidos pela Administração, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, e, ainda os princípios da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade. Analisando toda a documentação constante no processo, constatamos que estão regulares e obedeceram aos requisitos do Edital, conforme abaixo:

- 1 – Termo de Referência;
- 2 – Despacho para manifestação sobre existência de recursos orçamentários para cobertura de despesa;



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PLACAS
CNPJ. 01.612.652/0001-40

- 3 – Despacho do Assessor Contábil informando a existência de crédito orçamentário para atender as despesas provenientes do processo licitatório em análise, e declaração de adequação orçamentária e financeira;
- 4 – Autorização do processo licitatório pelo Presidente da Câmara Municipal;
- 5 – Portaria de nomeação da pregoeira e equipe de apoio de pregão presencial da Câmara Municipal;
- 6 – Autuação da Comissão de Licitação;
- 7 – Minuta do Edital, Contrato e anexos;
- 8 – Despacho da Minuta do Edital e anexos para a análise jurídica;
- 9 – Parecer Jurídico aprovando a legalidade do procedimento, emitido pelo Assessor Jurídico da Câmara Municipal;
- 10 – Edital de Licitação e anexos;
- 11 – Publicações da Licitação: DOE e Mural da Câmara;
- 12 – Credenciamento do participante;
- 13 – Propostas de preço;
- 14 - Documentos de Habilitação;
- 15 – Resultado de julgamento;
- 18 – Despacho para análise jurídica;
- 19 - Parecer Jurídico de aprovação dos atos praticados na fase interna da licitação;

CONCLUSÃO



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PLACAS
CNPJ. 01.612.652/0001-40

O procedimento licitatório ocorreu dentro das formalidades legais, tendo sua fase interna desenvolvida dentro da legalidade.

Porém, não houve interessado em participar do certame, tendo sido a licitação como DESERTA pela Comissão de Licitação.

Diante do exposto, após o exame do processo de licitação Pregão Presencial n. 006/2017 – CMP, e por entender não ser possível a dispensa da licitação nos termos da Lei 8.666/93, entendemos que deve ser realizado novo processo licitatório em segunda chamada, pela administração, para a contratação do objeto da presente licitação.

É o parecer.

Placas – PA, 23 de março de 2017.

EDMÁRIA DE OLIVEIRA CORREIA
Controladora Interna – CMP
Portaria 024/2017